

PLANO DE ENSINO		
IDENTIFICAÇÃO		
ANO LETIVO	SÉRIE	TURNO
2019	4º ano	Matutino e Noturno
NOME DA DISCIPLINA		
Estágio II (Processo do Trabalho)		
CARGA HORÁRIA		
SEMANAL: 2 horas-aula	ANUAL: 90 H	
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS)		
Prof. João Batista Martins César		
EMENTA DA DISCIPLINA		
<p>PROCESSO DO TRABALHO – Noções Gerais. PJe – Processo Judicial Eletrônico. PRÁTICA TRABALHISTA – noções gerais e/ou redação de peças – Procedimentos (Ordinário, Sumário, Sumaríssimo, Especiais). Petição Inicial (Rito Ordinário, Rito Sumaríssimo, Inquérito para apuração de falta grave, Consignação em Pagamento, Mandado de Segurança, Cautelares). Tutela provisória. Audiência trabalhista. Da conciliação no processo do trabalho. Respostas do réu (Contestação, Exceções, Reconvenção). Sentença. Recursos (Embargos de Declaração, Recurso Ordinário, Recurso de Revista, Embargos no TST, Agravo de Instrumento, Agravo de Petição). Execução Trabalhista (noções gerais, Embargos à Execução, Embargos de Terceiro, Impugnação à Sentença de Liquidação). Noções gerais sobre a Ação Rescisória. Novas formas de resolução dos conflitos trabalhistas: audiência pública, inquérito civil, termo de compromisso de ajustamento de conduta e acordo extrajudicial.</p>		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
<p>Objetivos Gerais Desenvolver no aluno a habilidade profissional para a compreensão e resolução dos litígios trabalhistas, seja com a redação das peças jurídicas de forma autônoma e segura ou por meio de assessoria às partes envolvidas no conflito. Estimular o senso crítico do aluno, enfatizando a prática forense trabalhista apresentando casos reais e hipotéticos, enquadrando-os nos dispositivos processuais da Consolidação das Leis do Trabalho e do novo Código de Processo Civil aplicáveis ao Processo do Trabalho. Preparar o aluno para o mercado profissional e para o exame da OAB (segunda fase - na área trabalhista).</p>		
<p>Objetivos Específicos Promover a fixação do conhecimento jurídico do direito material e processual do trabalho com a aplicação prática do conteúdo teórico já desenvolvido. O aluno deverá identificar a natureza instrumental do processo (por meio de exercícios práticos), para que identifique e solucione os problemas trabalhistas, selecione e elabore/escreva as peças jurídicas da área trabalhista. Desenvolver as habilidades práticas inerentes ao profissional do direito, especialmente quanto à prática da advocacia. Conhecimento da constituição e funcionamento do Poder Judiciário Trabalhista. Estimular a postura ética do aluno no enfrentamento dos litígios trabalhistas.</p>		
1º semestre	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº AULAS
1	Noções Gerais de Direito Processual do Trabalho: conceitos introdutórios para redação de peças jurídicas	6

	trabalhistas; entrevistas com clientes e enquadramento fático-jurídico.	
2	O PJe – Processo Judicial Eletrônico – na Justiça do Trabalho. Outras ferramentas eletrônicas a serviço da atividade jurisdicional: Noções gerais.	4
3	Estudo e redação da Petição Inicial. Reclamação trabalhista (Rito Ordinário e Rito Sumaríssimo). Tutela provisória (urgência e evidência). Inquérito para apuração de falta grave. Consignação em pagamento. Mandado de Segurança. Estudo de casos	12
4	Audiência trabalhista e cálculo de verbas trabalhistas. Estudo de casos.	8
5	Conciliação trabalhista. Estudo de casos.	4
6	Da resposta e outros comportamentos do reclamado: Contestação (estudo e redação da peça). Exceções e Reconvenção (análise das peças).	5
7	A sentença no processo do trabalho. Aspectos práticos	6
SEQUÊNCIA 2º semestre	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº AULAS 45
1	Os recursos no processo do trabalho. Noções gerais. Pressupostos recursais.	6
2	Embargos de declaração. Recursos (base legal, finalidade, prazo, competência, requisitos, procedimento, efeito modificativo, embargos protelatórios e para prequestionamento). Redação da peça. Casos práticos.	2
3	Recurso ordinário. Estudo do recurso (base legal, finalidade, prazo, competência, requisitos, procedimento) e redação da peça. Casos práticos.	4
4	Contrarrazões ao recurso ordinário. Estudo e redação da peça.	2
5	Agravo de instrumento. Estudo do recurso (base legal, finalidade, prazo, competência, requisitos, procedimento) e redação da peça.	2
6	Recurso de Revista. Estudo do recurso (base legal, finalidade, prazo, competência, requisitos, procedimento) e redação da peça.	4
7	Contrarrazões de recurso de revista. Estudo e redação da peça.	2
8	Embargos no TST. Noções gerais e análise de peça.	2
9	Execução trabalhista. Noções gerais.	2
10	Embargos à execução. Estudo e redação da peça.	2
11	Embargos de terceiro. Estudo e redação da peça.	2
12	Impugnação à sentença de liquidação. Estudo e redação da peça.	2
13	Agravo de petição. Estudo do recurso (base legal, finalidade, prazo, competência, requisitos, procedimento) e redação da peça.	2
14	Ação rescisória. Noções gerais.	2
15	Novas formas de resolução dos conflitos trabalhistas: audiência pública, inquérito civil, termo de compromisso de ajustamento de conduta, ação civil pública e acordo extrajudicial.	9

PROCEDIMENTOS E APRENDIZAGEM**(Procedimentos e técnicas utilizados para o desenvolvimentos das aulas)**

Como metodologia de ensino serão utilizadas aulas que propiciem o diálogo e a efetiva participação dos alunos (as), dinâmicas em grupo com debates e exposições, leituras comentadas, fichamentos de textos, exemplos práticos com estudo de casos reais, seminários, simpósios e pesquisa bibliográfica.

Como instrumentos de ensino utilizar-se-á recursos audiovisuais e ferramentas tecnológicas que possibilitem maior interação com os alunos como o "Google Classroom", abrindo um canal aos alunos para os conteúdos de textos, vídeos (aulas, filmes, documentários) e outras atividades que incrementam o trabalho em sala de aula.

Serão incentivadas as pesquisas de leis, normas internacionais, doutrina e jurisprudência em diversas fontes. Consulta aos livros constantes da bibliografia básica. Redação individual e/ou coletiva de peças. Correção coletiva, seguida de correção personalizada. Cada aluno deverá trazer para a sala de aula os textos legais (Constituição da República, da Consolidação das Leis do Trabalho, do Código Civil, do Código de Processo Civil e da legislação trabalhista extravagante, bem como o livro de Súmula do TST e orientações jurisprudenciais das suas SBDI-1 e 2). Visita dirigida aos órgãos públicos, especialmente ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Campinas – para conhecimento do funcionamento de suas turmas e seções e forma de julgamentos dos recursos, e à Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região. Orientação para a elaboração de peças processuais simuladas e reais. Realização de audiências simuladas.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**(Quantidade de instrumentos, tipos de avaliação, critérios de correção e aprovação)**

A aprendizagem será avaliada por meio de vários instrumentos, como a prova escrita, participação em sala de aula, assiduidade, seminários e trabalhos de pesquisa com vistas à investigação científica.

Avaliação semestral, composta por prova escrita (até 7 pontos), trabalhos obrigatórios (até 2 pontos) e relatórios de audiências (até 1 ponto). Também poderão ser adotados trabalhos em grupo com relação à interdisciplinaridade com as demais matérias do departamento e do ano em curso, valendo até um ponto na média semestral. A frequência do aluno à sala de aula será aferida para a atribuição da nota final. Também como critério de avaliação, poderá ser realizada prova bimestral.

A PROVA: elaboração de uma peça profissional e/ou resolução de questões práticas (dissertativas).

OS TRABALHOS DE ENTREGA OBRIGATÓRIA: redação de peças profissionais (5 por semestre), indicadas no primeiro dia de aula. As peças deverão ser manuscritas, em folha própria, e entregues diretamente no Núcleo de Prática Jurídica até a data-limite (prazo) fixada pelo professor para tanto. Os trabalhos entregues fora do prazo não serão considerados para fim de composição da nota do aluno. Esses trabalhos serão utilizados para a avaliação formativa.

OS RELATÓRIOS DE AUDIÊNCIAS: Os alunos deverão comparecer a Fórum da Justiça do Trabalho pessoalmente (comprovado por carimbo e assinatura do Juiz do Trabalho em formulário-padrão da FADI), assistir a 6 audiências por semestre, e entregar, até o dia da prova semestral, diretamente no Núcleo de Prática Jurídica, os respectivos relatórios, redigidos obrigatoriamente no formulário-padrão da FADI, acima mencionado. Somente serão aceitos relatórios de audiências nas quais tenha ocorrido a oitiva das partes e/ou das testemunhas (instrução).

BIBLIOGRAFIA**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho: legislação complementar/jurisprudência**. Atual. Eduardo Carrion. São Paulo: Saraiva.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**. São Paulo: LTr.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÉSAR, João Batista Martins. **A tutela coletiva dos direitos fundamentais dos trabalhadores**. São Paulo: LTr, 2013.

CISNEIROS, Gustavo. **Manual de prática trabalhista**. Ed. Método. (plataforma minha biblioteca)

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Prática Jurídica Trabalhista**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MELO, Raimundo Simão. **A ação civil pública na Justiça do Trabalho**. 5ª ed. LTr: São Paulo, 2014.

Sorocaba, 28 de janeiro de 2019.

João Batista Martins César